



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

**Exmo. Senhor Presidente da**  
**Comissão de Economia e Obras Públicas**  
**Assembleia da República**

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS	
CEOP	
N.º ÚNICO	686579
ENTRADA / SAÍDA N.º	68 DATA 31/01/2014

Lisboa, 31 de janeiro de 2014.

**Assunto Audição sobre as privatizações da EMEF e Carristur e dos serviços de transportes públicos (CP, STCP, Carris, Metropolitano, Transtejo e Soflusa)**

Nos últimos dias foi tornado público que o Governo pretende avançar de imediato com processos de privatização de empresas e serviços públicos de transporte que assumem um papel fundamental no sector.

É anunciada a privatização da EMEF, empresa de importância fundamental para o transporte ferroviário nacional, na manutenção do material circulante, e também da Carristur, empresa de autocarros turísticos da Carris com atividade em Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Guimarães e Funchal, para além do serviço Aerobus.

Por outro lado, divulga-se a intenção da entrega aos privados do serviço de transportes públicos assegurados pela CP, STCP, Carris, Metropolitano de Lisboa, Transtejo e Soflusa. Prevê-se o arranque, já este mês de fevereiro, do processo de privatização deste serviço público, através de uma "consulta ao mercado", envolvendo grupos económicos e interesses privados como a Arriva, a Veolia Transdev, Barraqueiro ou Vimeca. A informação veiculada chega ao detalhe de se apontar um prazo de 15 dias para essa consulta.

Ainda nesse âmbito, indica-se que o Governo pretende atribuir às autarquias locais a responsabilidade de verificar se os concessionários cumprem o contrato, por exemplo, no que respeita à frota de autocarros, ao percurso das carreiras ou aos preços dos bilhetes do metro. E acrescenta-se que este foi o acordo a que o governo e as câmaras chegaram, após quase um ano de contactos.

Estas informações, vindas a público nos últimos dias e nunca desmentidas pelo Governo, são da maior gravidade e exigem uma explicação pelo Governo à Assembleia da República, tanto mais que nenhuma autarquia local confirmou até agora a existência de qualquer acordo a este respeito.

**Assim, e no sentido de abordar a matéria referida, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a audição Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, na Comissão a que V. Exa. preside.**

Pelo Grupo Parlamentar do PCP

Bruno Dias

N.ª Ref.ª44808-140/INPA/14